

Do futuro sombrio do capitalismo

Wolfgang Streeck¹

O cartaz está pregado na parede e ele já se encontra aí há um bom tempo; nós é que temos de aprender a lê-lo. Eis a sua mensagem: o capitalismo é uma formação social histórica; ele não tem apenas um começo, mas tem também um fim.² Três tendências se desenvolveram em paralelo no conjunto das ricas democracias capitalistas desde a década de 1970: crescimento em declínio, aumento da desigualdade de renda e de riqueza, assim como expansão da dívida pública, privada e total. Hoje, essas três tendências parecem estar se reforçando mutuamente: o baixo crescimento contribui para a desigualdade através da intensificação do conflito distributivo; a desigualdade amortece o crescimento, pois reduz a demanda efetiva; os altos níveis das dívidas existentes obstruem os mercados de crédito, aumentando assim o risco de crises financeiras; um setor financeiro inchado tanto resulta quanto contribui para a desigualdade econômica, etc.

Já o último ciclo de crescimento, aquele ocorrido antes de 2008, parece agora mais falso do que real³; ademais, a recuperação ocorrida após 2008 continua anêmica na melhor das avaliações. Eis que o estímulo keynesiano, monetário ou fiscal, deixou de funcionar em face da quantidade sem precedentes das dívidas que foram acumuladas. Note-se que estamos falando de tendências de longo prazo e não apenas de um desvio contingente e momentâneo; estamos de fato tratando de tendências globais que, enquanto tais, afetam o sistema capitalista como um todo. Nada à vista parece se afigurar como suficientemente poderoso para contrariar essas três tendências, as quais se enraizaram profundamente na economia e se tornaram fortemente entrelaçadas entre si.

Além disso, quando olhamos para trás, vemos uma sequência de crises político-econômicas, as quais começaram com a inflação na década dos anos 1970; a esta se seguiu uma explosão da dívida pública nos anos 1980 e um rápido aumento da dívida privada na década subsequente, do qual resultou o colapso dos mercados financeiros, em 2008. Note-se que essa sequência se repetiu quase do mesmo modo para todos os principais países capitalistas cujas economias, aliás, nunca estiveram realmente equilibradas desde o final do período de grande crescimento, no pós-guerra. Todas as três crises começaram e terminaram da mesma forma, isto é, mediante processos inflacionários: se as dívidas pública e privada serviram inicialmente como soluções políticas convenientes para os conflitos distributivos entre o capital e o trabalho (e, às vezes, também, para outras partes, tais como os países produtores de matérias-primas), elas acabaram se tornando problemas também: inflação de preços no começo dos anos 1980, inflação da dívida pública numa primeira fase de consolidação na década de 1990 e inflação da dívida privada, depois de 2008.⁴ Atualmente, a política econômica corretiva é chamada de “relaxamento monetário”⁵; eis que ela consiste, essencialmente, na emissão de dinheiro pelos tesouros e pelos bancos centrais com a finalidade de manter baixas as taxas de juros. É assim que se busca manter sustentável a dívida acumulada no passado, evitando também que a economia estagnada caia na deflação. Essa correção

tem, porém, preço: ela gera mais desigualdades; propicia também que surjam novas bolhas nos mercados de ativos, os quais podem, num momento decisivo, entrar em colapso.

A natureza fundamental da crise apareceu quando as cabeças dirigentes do capitalismo ficaram sem rumo. Elas se encontram agora limitadas a procurar sempre novos tapa-buracos provisórios até que a próxima surpresa desagradável apareça. Os bruxos dos mercados perderam a sua sabedoria. Por quanto tempo o relaxamento monetário pode ainda continuar? O problema é a deflação ou a inflação? Até que ponto é possível detectar uma bolha antes que exploda? O crescimento é restaurado através do gasto ou por meio de um corte dos gastos? Uma regulação financeira mais rigorosa é favorável ou prejudicial ao crescimento?⁶ Até meados dos anos 1970, o crescimento resultou da redistribuição da renda de cima para baixo; então, após o keynesianismo ter sido substituído pelo hayekianismo, o oposto tornou-se verdade e, assim, os mercados ficaram livres para redistribuí-la de baixo para cima. Agora, sete anos após a catástrofe de 2008, ainda não apareceu uma nova fórmula de crescimento; a confusão governa as opiniões. O capitalismo administrado pelo Estado falhou, isto é, ele foi rejeitado pelos donos do capital porque lhes pareceu demasiado caro; foi substituído por um capitalismo de livre mercado, mas este também falhou. Por enquanto, os bancos centrais agem como reguladores à espera de um novo rumo de governo. Mas qual seria ele? A propósito, qual seria a receita capaz de dar sustentação às empresas capitalistas como um todo?

Sugiro que o capitalismo, após mais de 200 anos, tornou-se insustentável porque se tornou ingovernável. Por trás desse distúrbio está aquilo que veio a ser sumariamente chamado de "globalização": a expansão das relações capitalistas de mercado para além do alcance dos governos unificou o capitalismo, mas fragmentou a ação política coletiva. Embora isso possa parecer a vitória final do capitalismo, o que até certo ponto é, ao mesmo tempo vem a ser também o prenúncio de sua morte. Ao contrário do que Mandeville indicou em sua *'Fábula das Abelhas'* (1988 [1714]), e do que Adam Smith sugeriu com sua metáfora menos provocativa da "mão invisível" (1993 [1776]), a conversão capitalista dos vícios privados em virtudes públicas subscreve uma sociedade estável apenas se ela funciona na presença de fortes instituições formais e informais que restringem a "ordem do egoísmo" inerente ao mercado (Dunn, 2005), sujeitando-a à disciplina social. Ao suplantando as capacidades coletivas que poderiam governá-lo, o capitalismo obteve uma vitória de Pirro. Que não haja hoje nenhuma alternativa a ele, nenhuma força anticapitalista unificada globalmente, é tanto uma benção quanto um dilema para o capitalismo. Note-se que em momentos cruciais da história do capitalismo, era a oposição a ele que o estabilizava enquanto sociedade: movimentos regionais, nacionais ou religiosos preservavam a coesão social e, assim, a cooperação e a troca relativamente equânime; os estados de bem-estar socialdemocratas e os sindicatos neles abrigados asseguravam uma demanda suficiente na esfera econômica, assim como uma reprodução social tranquila na esfera do mundo da vida e da política.

O ocaso simultâneo do governo que efetivamente governa, assim como da oposição conseqüente, no capitalismo contemporâneo vem produzindo uma falha crescente no sistema de integração, o que, por sua vez, está gerando uma transformação acelerada da própria integração social (Lockwood, 1964). A ingovernabilidade global tem causado uma profunda erosão dos regimes sociais no

encontro frontal dos mercados capitalistas com o que Karl Polanyi chamou de as três "mercadorias fictícias", o trabalho, a terra e o dinheiro. Enquanto o desenvolvimento capitalista, de acordo com Polanyi, tem como finalidade última mercantilizar tudo, ele só pode ir sempre em frente desde que seja impedido pela sociedade de submeter à sua lógica aquilo que somente pode mercantilizar em seu próprio prejuízo. Proteger o trabalho, a terra e o dinheiro da dinâmica do desenvolvimento capitalista exige um governo capaz de atuar incisivamente; uma mera "governança" subsidiária dos mercados não é suficiente (Offe, 2008) para impedir o capitalismo de ir longe demais e, assim, minar a si mesmo.

A fraqueza dos governos atuais é evidente no que diz respeito à natureza, pois as políticas fragmentadas do capitalismo global têm se revelado incapazes de conter o consumo e a destruição do ambiente natural. Da mesma forma, a produção competitiva de dinheiro por parte dos governos, bancos centrais e instituições financeiras tornou-se uma poderosa fonte de incerteza e uma ameaça permanente para a estabilidade sistêmica. Na esfera do trabalho, os regimes tradicionais de emprego do pós-guerra projetados para proteger os trabalhadores e suas famílias de pressões excessivas do mercado estão desaparecendo nos países capitalistas avançados. Abre-se cada vez mais o caminho para os empregos precários, contratos zero horas, trabalhos "freelancer" e "standby" em empresas globais tais como o Uber – um sistema de subsunção que funciona quase inteiramente sem os vínculos empregatícios regulares.⁷ Os riscos do emprego estão sendo privatizados e individualizados; a vida e o trabalho estão se fundindo e se tornando indistintos. Os sindicatos estão se tornando irrelevantes ou deixando de existir em muitas indústrias e mesmo em certos países. Assim, não há nada para suavizar o impacto da mudança tecnológica que avança mais rapidamente do que nunca para reorganizar o trabalho – ou para desorganizá-lo. A inteligência artificial, por exemplo, está tornando redundante uma ampla classe de ocupações medianas, o que não deixa assim de destruir todo o modo de vida da classe média.⁸

Em um artigo anterior (Streeck, 2014), identifiquei cinco distúrbios do capitalismo contemporâneo, os quais tomo como não passíveis de reparos; cada um deles responde por um aspecto diferente do processo de desintegração em curso: a *estagnação secular*, que é o culminar de um longo declínio das taxas de crescimento⁹; o *neo-feudalismo oligárquico* que funde o poder político com o poder econômico e que atualmente existe não apenas na Rússia, Ucrânia e China, mas também no Ocidente, particularmente nos EUA¹⁰ – um avanço que dissocia o destino dos ricos do destino dos pobres; a *pilhagem da economia pública* por meio da consolidação fiscal e da privatização dos serviços públicos, a qual era tanto um contrapeso indispensável como uma infraestrutura de apoio ao capitalismo (Bowman et al, 2014.); a *desmoralização sistêmica*; e a *anarquia internacional*. Por razões de espaço, tratarei brevemente aqui somente desses dois últimos distúrbios.¹¹

Falo em primeiro lugar da desmoralização sistêmica. Ao contrário da fábula de Mandeville, sob o capitalismo financerizado, os vícios privados tornam-se também vícios públicos. E isto vem privar o capitalismo de sua última forma – consequencialista – de justificação moral. E é assim, mesmo se os proprietários e gestores do capital privado se apresentam agora como administradores de bens públicos, benfeitores da sociedade que praticam – sempre muito bem divulgadas – ações filantrópicas. Eis que um cinismo generalizado se encontra agora profundamente enraizado no senso comum coletivo;

concebe-se o capitalismo em curso como uma estrutura de oportunidades para os muito ricos bem conectados tornarem-se ainda mais ricos. Enganar na busca do lucro é considerado normal, algo que não suscita mais qualquer indignação moral. Isto é válido sobretudo no mundo das finanças, onde os maiores lucros são feitos por meio de evasão fiscal ou violando totalmente as regras legais, por meio da obtenção de informações privilegiadas, da concessão de empréstimos hipotecários impagáveis ou quaisquer outros expedientes.¹²

Só nos EUA, até junho de 2015, os bancos, mediante acordos fora do sistema jurídico, tinham concordado em pagar cerca de 100 bilhões de dólares em taxas por infrações legais ligadas à crise financeira de 2008.¹³ Nenhum dos casos chegou ao julgamento e ninguém tinha ido para a prisão até aquele momento. Ora, isto demonstrou haver uma profunda empatia do sistema jurídico com a necessidade de as instituições financeiras violarem a lei, a fim de obterem lucros.¹⁴ Na verdade, seria preciso adicionar os honorários dos advogados às taxas de liquidação para se ter uma noção das multas que teriam sido auferidas por meio de uma justa condenação num processo legal sério. Uma parte considerável desses dois pagamentos, entretanto, foi declarada para fins fiscais como despesas dos negócios.¹⁵

Em segundo lugar, historicamente, o capitalismo requereu a existência de uma ordem internacional estável mantida por uma potência hegemônica. Este papel foi exercido primeiro por Florença, tendo sido passado depois, por meio dos Países Baixos, para a Grã-Bretanha e, depois ainda, no pós-guerra, para os EUA. Quando a posição hegemônica foi contestada ou ficou vaga, como na primeira metade do século XX, o conflito se tornou galopante, sendo então acompanhado por perturbações econômicas graves. Desde os anos 1970, os EUA têm se mostrado cada vez menos capazes e mesmo menos dispostos a oferecer os bens coletivos que se espera de um país capitalista hegemônico; em vez disso, eles se tornaram parasitas da economia global.

Uma solução cooperativa do problema da ordem internacional, por exemplo, por meio da partilha de poder entre os EUA e a China não está à vista. Na periferia do sistema capitalista mundial, os EUA perderam várias guerras sucessivas; o desenvolvimento democrático-capitalista, ou seja, a “construção nacional”, falhou em grandes partes do mundo. Em vez do projeto do pós-guerra de um sistema global de Estados soberanos, o qual abrangeria todo o globo, grandes e crescentes territórios tornaram-se “sem Estado”. Em muitos deles, os movimentos religiosos fundamentalistas assumiram o controle, rejeitando o modernismo e o direito internacional; eis que passaram a buscar uma alternativa ao consumismo do capitalismo contemporâneo, do qual eles não podem mais esperar que venha trazer quaisquer benefícios aos seus países. Cada vez mais, alguns desses movimentos encontram aliados no Norte global, em particular entre os imigrantes do Sul aí residentes, que respondem à sua exclusão social e econômica transportando as guerras da periferia para o centro.

Como pode o capitalismo terminar sem que uma nova sociedade esteja aí para tomar o seu lugar? Para entender isso, devemos abandonar a ideia de uma sucessão ordenada das formações sociais, isto é, a expectativa histórico-materialista de que uma sociedade morre para dar à luz a uma nova e mais avançada, incluindo-se nessa falácia a tese bolchevique de que uma ordem social termina apenas quando uma ordem social distinta é posta em prática pelo comitê central de um partido revolucionário vitorioso.

Ao mesmo tempo, devemos também tomar cuidado para não sermos vítimas de um equivalente contemporâneo do que poderia ser chamada de *Ilusão Ravena*: a profunda convicção das classes dominantes do Império Romano do Ocidente, no século V, na imortalidade predeterminada de sua civilização. Ela foi tida como inabalável mesmo depois que o seu território havia sido reduzido à pequena cidade de Ravena, na costa do Adriático; como essa urbe estava cercada por pântanos, isto lhes concedeu um adiamento da derrocada final no mesmo momento em que as hordas germânicas estavam ocupadas saqueando Roma, assim como as províncias do Império Ocidental. Convencidas de que a vida poderia, eventualmente, voltar ao que sempre tinha sido, as famílias dos governantes de Roma, em seu refúgio em Ravena, ocuparam-se com intrigas a respeito da sucessão no Império.¹⁶ É preciso aprender com este exemplo que o otimismo pode, por vezes, decorrer não mais do que de falta de imaginação. É preciso considerar a possibilidade de que uma ordem social possa resultar, não em outra ordem, mas em uma duradoura desordem – isto é, numa época histórica de duração incerta em que, nas palavras de Antônio Gramsci, "o velho está morrendo, mas o novo ainda não pode nascer".¹⁷

Como pode ser a vida num tempo como este? De acordo com Gramsci, o colapso de uma ordem social na ausência de uma sucessora pode dar origem a "um interregno em que os fenômenos patológicos de todos os tipos passam a existir"¹⁸ – em outras palavras, cai-se numa sociedade desprovida de instituições coerentes capazes de normalizar a vida de seus membros, protegendo-os de acidentes e de anomalias de todos os tipos. A vida em um tal interregno se caracteriza pela falta de determinação estrutural¹⁹ em que tudo então se torna imprevisível. Uma sociedade como essa não consegue fornecer aos seus membros regras confiáveis por meio das quais possam se organizar: em vez disso, ela demanda constante improvisação, faz com que os indivíduos substituam um comportamento estruturado por um comportamento meramente estratégico – situação esta que oferece oportunidades excepcionais para oligarcas e senhores da guerra de todos os tipos passarem a forçar a maioria a viver em situação de insegurança, incerteza e anomia. Forja-se, assim, uma situação muito parecida com aquela do longo interregno que começou no século V e que agora é chamado de Idade Negra.

O sistema de integração no capitalismo contemporâneo encontra-se num estado instável de mudança, o qual não parece levar a uma nova ordem estável. Turbulência e imobilidade, dinâmica e estagnação estão se tornando correlatos próximos. Este tipo de estrutura social alimenta um tipo de indivíduo social (Gerth e Mills, 1953): o indivíduo individualista, intencionalmente autossuficiente, de-socializado, que se fia apenas na autopoliciada governamentalidade neoliberal (Foucault, 2008) para compensar a ausência de governo e a debilidade da governança. Nesse mundo social indeterminado emerge uma estrutura social anômala; ou melhor, aquela que existe é substituída por uma malha de indivíduos auto interessados e improvisadores que se movem em redes constituídas por relações oportunistas. Tem-se, assim, uma sociedade *Ersatz* de usuários ao invés de uma sociedade formada por membros integrados. Construída a partir de baixo, parece ter se elevado com base em uma riqueza libertária de alternativas, a qual é vendida ideologicamente como um grande parque de diversões. Porém, na verdade, ela reflete apenas a ausência destrutiva da ordem social.

A sociedade fraturada que impera no interregno pós-capitalista está desprovida de legitimação normativa – ela transformou a responsabilidade com um fim em si mesmo em escolhas racionais de seus membros como indivíduos, deixando-os sem instrução de como fazer boas escolhas. Embora isso possa ser e seja apresentado como libertação, na realidade do pós-capitalismo, o espaço das normas e das instituições sociais é tomado pela *ganância e pelo medo*. E estes dois sentimentos funcionam então como mecanismos últimos do controle social. Juntos, eles alimentam a “auto-economização” e a “auto-mercantilização” dos próprios indivíduos que lutam para se manterem adaptáveis às formas imprevisíveis de evolução das circunstâncias. Eles buscam, então, o incansável investimento competitivo na própria “flexibilidade” e no próprio “capital humano”. Querem maximizar a sua aptidão na imaginada meritocracia do mercado “livre” – que é, na verdade, um mundo explodindo em desigualdades. A autossuficiência entra na ordem do dia, mesmo se – e precisamente porque – alguns têm muito mais “si mesmo” para confiar do que outros.

No pós-capitalismo, a obtenção de lucro privado terá continuidade, mesmo sob a sombra da incerteza que prosperará em uma sociedade marcada pela anomia, com instituições decadentes, de reduzida coerência, crises sucessivas, atravessada por conflitos e contestações locais ou de maior âmbito. A cooperação da massa com a acumulação de capital será impulsionada por uma cultura de consumo competitivo. Em grandes partes da Ásia, essa cooperação parece estar baseada hoje num profundo conformismo coletivo. Porém, ela precisará estar diligentemente protegida contra a subversão da mudança pós-materialista do valor, senão devido ao encolhimento do poder de compra. A vida dos indivíduos nesse interregno pós-capitalista em que imperará o “*sauve qui peut*” seguirá as prescrições comportamentais da doutrina neoliberal (Dardot e Laval, 2013). E isto significa que será necessário queimar até a raiz os fundamentos de uma economia e sociedade bem-sucedidas.

Como se sabe, a vida social não pode ser reduzida à vida econômica e a vida econômica não é possível fora de uma sociedade que a abrigue. A proposição de número doze da obra *A dimensão moral* de Etzioni (1988, p. 257) aplica-se aqui: “Quanto mais as pessoas aceitam o paradigma neoclássico como guia para o seu próprio comportamento [e não apenas como uma apologia conveniente do sistema econômico da relação de capital], mais a capacidade coletiva de manter uma economia de mercado será prejudicada”. O futuro do capitalismo afigura-se sombrio.

Notas:

¹ Pesquisador do Instituto Max-Planck para o Estudo das Sociedades, situado em Colônia, na Alemanha. Correio eletrônico: streeck@mpifg.de.

² O que se segue é uma versão atualizada e condensada de um artigo bem mais longo antes publicado (Streeck, 2014). Veja-se também o futuro livro, *How will capitalism end?*, a ser publicado pela Verso, em setembro de 2016.

³ Lawrence “Larry” Summers, chefe dos mecânicos da máquina de acumulação de capital norte-americana, disse o seguinte no Fórum Econômico do FMI, em novembro de 2013: “Ao se voltar a estudar a economia antes da crise, ver-se-á algo um pouco estranho. Muitas pessoas acreditam que a política monetária então praticada era demasiado frouxa. Todos concordam que ocorreu um grande volume de

empréstimos imprudentes. Quase todos concordam que a riqueza, tal como era experimentada pelas famílias, afigurava-se superior ao que era em realidade. Muito dinheiro fácil, demasiados empréstimos, muita riqueza. Parecia haver um grande boom! A utilização da capacidade não estava sob qualquer grande pressão; o desemprego não estava em um nível extremamente baixo; a inflação mostrava-se totalmente quieta; de alguma forma, mesmo uma grande bolha não parecia suficiente para produzir qualquer excesso da demanda agregada".

Texto disponível em <https://m.facebook.com/notes/randy-fellmy/transcript-of-larry-summers-speech-at-theimf-economic-forum-nov-8-2013/585630634864563>, último acesso 12 de agosto de 2015.

⁴ Desde então, o débito total continuou crescendo. Veja-se o relatório do McKinsey Global Institute (2015). Muita retórica keynesiana tem sido despejada para rebaixar os riscos inerentes desse crescimento, embora o débito não seja propriamente do tipo keynesiano já que tem se acumulado por décadas.

⁵ N. T. Em inglês: "*quantitative easing*".

⁶ Paul Krugman, o ideólogo favorito do keynesianismo de centro-esquerda, é um caso interessante. Ao comentar no *New York Times* (16 de novembro de 2013) o 'pronunciamento' de Summers sobre a "estagnação secular" (ver nota 2), ele começa parafraseando Keynes. Eis que este havia dito: "todo gasto é bom; caso a despesa seja produtiva, é ainda melhor, mas um gasto improdutivo é melhor do que nada". Daí ele deriva a afirmação de que "o dispêndio privado, mesmo que seja total ou parcialmente um desperdício", ainda assim pode ser "uma coisa boa". Para ilustrar essa afirmação, Krugman completa: "suponha-se que as empresas americanas, que estão atualmente sentadas em uma enorme montanha de dinheiro, fiquem de alguma forma convencidas de que seria uma ótima ideia transformar todos os seus empregados em ciborgues, munindo-os com Google Glass e relógios inteligentes. Suponha, também, que três anos depois elas venham a perceber que não obtiveram realmente recompensa substantiva por todos esses gastos. Apesar disso, o boom de investimentos que fora produzido teria proporcionado vários anos de emprego mais elevado, sem desperdício real, já que os recursos utilizados, em caso contrário, teriam ficados ociosos". A respeito de bolhas, ele diz: "sabemos agora que a expansão econômica entre 2003 e 2007 foi impulsionada por uma bolha. É possível dizer o mesmo sobre a última parte da expansão dos anos 90; é possível ainda de fato afirmar o mesmo sobre os últimos anos de expansão da era Reagan; esta foi produzida por uma fuga das instituições de poupança, a qual gerou uma grande bolha no setor imobiliário comercial..." Tudo isso, de acordo com Krugman, tem "algumas implicações radicais", dentre elas, conforme Summers, a seguinte: "muito do que poderia ter sido feito para evitar uma crise futura teria sido contraproducente" diante das novas circunstâncias. Uma outra implicação seria a seguinte: "mesmo uma melhora da regulação financeira não seria necessariamente uma coisa boa", pois "poderia desencorajar empréstimos irresponsáveis, os quais se justificam num momento em que mais gastos de quaisquer espécies seriam bons para a economia". Além disso, poderia ser interessante "para reconstruir o nosso sistema monetário como um todo – digamos, eliminando o papel-moeda e pagando taxas de juros negativas sobre depósitos", etc.

Texto disponível em http://krugman.blogs.nytimes.com/2013/11/16/secular-stagnation-coalmines-bubbles-and-larry-summers/?_r=0, último acesso em 4 de agosto de 2015.

⁷ O Uber oferece um bom exemplo sobre a evolução das condições de emprego. Veja-se, por exemplo, o artigo *Rising Economic Insecurity Tied to Decades - Long Trend in Employment Practices*, *The New York Times*, 12 de julho de 2015. De acordo com o relatório citado nessa matéria de jornal, mais de 160.000 pessoas nos EUA dependiam só do Uber para manter a própria subsistência; destes, apenas 4.000 eram empregados regulares.

Texto disponível em http://www.nytimes.com/2015/07/13/business/rising-economic-insecurity-tied-to-decades-long-trend-in-employment-practices.html?smid=li-share&_r=0, acessado pela última vez em 4 de agosto de 2015.

⁸ Randall Collins, *The end of middle-class work: no more escapes*, p. 37-69. In: Wallerstein et al, 2013.

⁹ Um recurso retórico frequentemente usado para minimizar a magnitude da crise de crescimento, em particular aquela que seguiu ao colapso financeiro de 2008, consiste em apontar os assim chamados BRICS (associação formada pelos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como os futuros centros de crescimento do capitalismo global. Pode-se lembrar, no entanto, que o rótulo BRICS foi inventado por um vendedor de títulos do Goldman Sachs, no início de 2000, como uma marca para um novo fundo de investimento. Nesse entretanto, porém, esses cinco países não conseguiram contribuir para a coordenação global da economia capitalista; eis que não foram capazes de começar a assumir as responsabilidades dos EUA – país hegemônico em declínio que tem atuado de modo crescentemente

irresponsável. Eles mesmos, aliás, entraram também em crise; até mesmo a China tem experimentado dificuldades pois aí as taxas de crescimento estão em queda, os preços das ações estão caindo, as dívidas têm crescido rapidamente e se observa um aumento da corrupção sistêmica.

¹⁰ De acordo com o *New York Times*, "menos de quatro centenas de famílias" eram "responsáveis por quase metade do dinheiro arrecadado na campanha presidencial de 2016, uma concentração de doadores políticos sem precedentes nos últimos tempos". No final de julho do ano pré-eleitoral de 2015, as contribuições totais da campanha ascenderam a 388 milhões de dólares. Veja-se o artigo *Small pool of rich donors dominates election giving*, *The New York Times*, 01 de Agosto de 2015.

Texto disponível em http://www.nytimes.com/2015/08/02/us/small-pool-of-rich-donors-dominates-election-giving.html?_r=0, último acesso em 12 de agosto de 2015.

¹¹ Vale mencionar que estagnação é uma desordem pelo menos tão severa quanto outras arroladas. Politicamente isso significa que a crescente população excedente nos países capitalistas ricos, incluindo os imigrantes de segunda e terceira gerações, não terá possibilidade de recuperar o atraso em relação ao conjunto – decrescente – daqueles que estão se dando bem. O mesmo se aplica à geração perdida e àqueles que aspiram se tornarem membros das classes médias nos territórios em expansão governados – ou não governados – por estados em processo de falência. O capitalismo, como se sabe, está baseado sobretudo na esperança de uma vida melhor no futuro. Ele tem isto em comum com o cristianismo. A fé no capitalismo e seu sistema financeiro depende também, além do "crescimento sem fim", de outras promessas tais como externalidades inócuas, habilidades universais, aumentos constantes da produtividade, demanda inesgotável, o consumo insaciável... e sustentabilidade das montanhas das dívidas. Nenhuma delas se verifica no mundo real.

Texto disponível em <http://uklife.org/2015/01/15/promises/>, acessado pela última vez em 12 de agosto, 2015).

¹² Sobre os salários de gerentes, consulte-se Neckel (2014). Considere-se também o atletismo profissional, uma atividade que se tornou uma enorme indústria global nas últimas décadas e que tem sido financiada principalmente por anúncios de bens de consumo. Pode-se assumir com certa segurança que em suas principais modalidades, incluindo a natação e o atletismo, mas também o ciclismo, os principais concorrentes rotineiramente usam serviços de especialistas em super-desempenho, os quais usam de meios ilegais.

¹³ Frankfurter Allgemeine Zeitung, 29 de junho, 2015.

¹⁴ Eric Holder, para exercer o seu mandato de procurador geral nos Estados Unidos, entre 2008-2014, afastou-se temporariamente de um escritório de advocacia que costumava representar as empresas de Wall Street. Antes de assumir esse cargo, ele ganhava cerca de 2,5 milhões de dólares por ano. Em 2015, ele retomou o seu cargo no mesmo escritório. Veja-se *Eric Holder, Wall Street Double Agent, comes in from the cold*, *Rolling Stone*, 8 de julho de 2015.

Texto disponível em <http://www.rollingstone.com/politics/news/eric-holder-wall-street-double-agent-comes-in-from-the-cold-20150708>, último acesso 12 de agosto de 2015. É claro que o presidente Obama, que nomeou Holder, obteve de um terço à metade das contribuições para a sua campanha eleitoral à presidência dos Estados Unidos da indústria financeira.

¹⁵ Para entender a ordem de magnitude, é preciso lembrar da ação legal dos promotores americanos contra a associação internacional do futebol sediada na Suíça futebol, FIFA. Com enorme publicidade, ela foi processada, no início de 2015, por corrupção. A receita da FIFA nos 6 anos em questão havia sido de cerca de 5 bilhões de dólares, dos quais talvez 1 bilhão fora usado ilegalmente (embora não se saiba os montantes exatos da corrupção). Esse montante seria igual a 1% do valor pago pelos bancos americanos para se livrarem dos processos criminais.

¹⁶ Gibbon (1993 [1776]), volume 3, p. 218 em diante.

¹⁷ Tal como diz ele em seus *Cadernos do Cárcere*: "La crisis consiste nel fatto che il vecchio muore e il novo non può nascere..."

¹⁸ Diz ele: "...in questo interregno si verificano i fenomeni morbosi più svariati".

¹⁹ De modo similar, ver o que diz Calhoun em seu artigo no livro excelente de Wallerstein et al. (2013).

Referências

- Bowman, A., Erturk, I., Froud, J., Johal, S., Law, J., Leaver, A., Moran, M. and Williams, K. – *The End of the Experiment*. Manchester: Manchester University Press, 2014.
- Dardot, P. and Laval, C. – *The New Way of the World: On Neo-Liberal Society*. London and NY: Verso, 2013.
- Dunn, J. – *Setting the People Free: The Story of Democracy*. London: Atlantik Books, 2005.
- Etzioni, A. – *The Moral Dimension: Toward a New Economics*. New York: The Free Press, 1988.
- Foucault, M. – *The birth of biopolitics: lectures at the College de France, 1978–1979*. London: Palgrave Macmillan, 2008.
- Gerth, H. and Mills, C. W. – *Character and social structure: the psychology of social institutions*. New York: Harcourt, Brace, 1953.
- Gibbon, E. – *The decline and fall of the Roman Empire*. Three Volumes. New York: Alfred A. Knopf, 1993 [1776].
- Lockwood, D. – *Social integration and system Integration*. In: Zollschan, G. K. and Hirsch, W. (eds) *Explorations in Social Change*. London: Houghton Mifflin, 1964, pp. 244–257.
- Mandeville, B. – *The fable of the bees: or, Private Vices, Public Benefits*. Indianapolis: Liberty Fund, 1988 [1714].
- McKinsey Global Institute – *Debt and (Not Much) Deleveraging*. London, San Francisco, Shanghai: McKinsey & Company, 2015.
- Neckel, S. – *Oligarchische Ungleichheit. Winner-take-all-Positionen in der (obersten) Oberschicht. WestEnd*. In: *Neue Zeitschrift für Sozialforschung*, 20, 2014, p. 51–63.
- Offe, Claus – *Governance: “Empty Signifier” oder sozialwissenschaftliches Forschungsprogramm?* In: Schuppert, G. F. and Zürn, M. (eds) *Governance in einer sich wandelnden Welt*. Politische Vierteljahresschrift, Sonderheft, Bd. 41, 2008, p. 61–76.
- Smith, A. – *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Oxford and New York: Oxford University Press, (1993 [1776]).
- Streeck, W. – *How Will Capitalism End?* *New Left Review*, vol. 87, 2014, p. 35–64.
- Wallerstein, I., Collins, R., Mann, M., Derluquian, G. and Calhoun, C. – *Does Capitalism Have a Future?* Oxford: Oxford University Press, 2013.